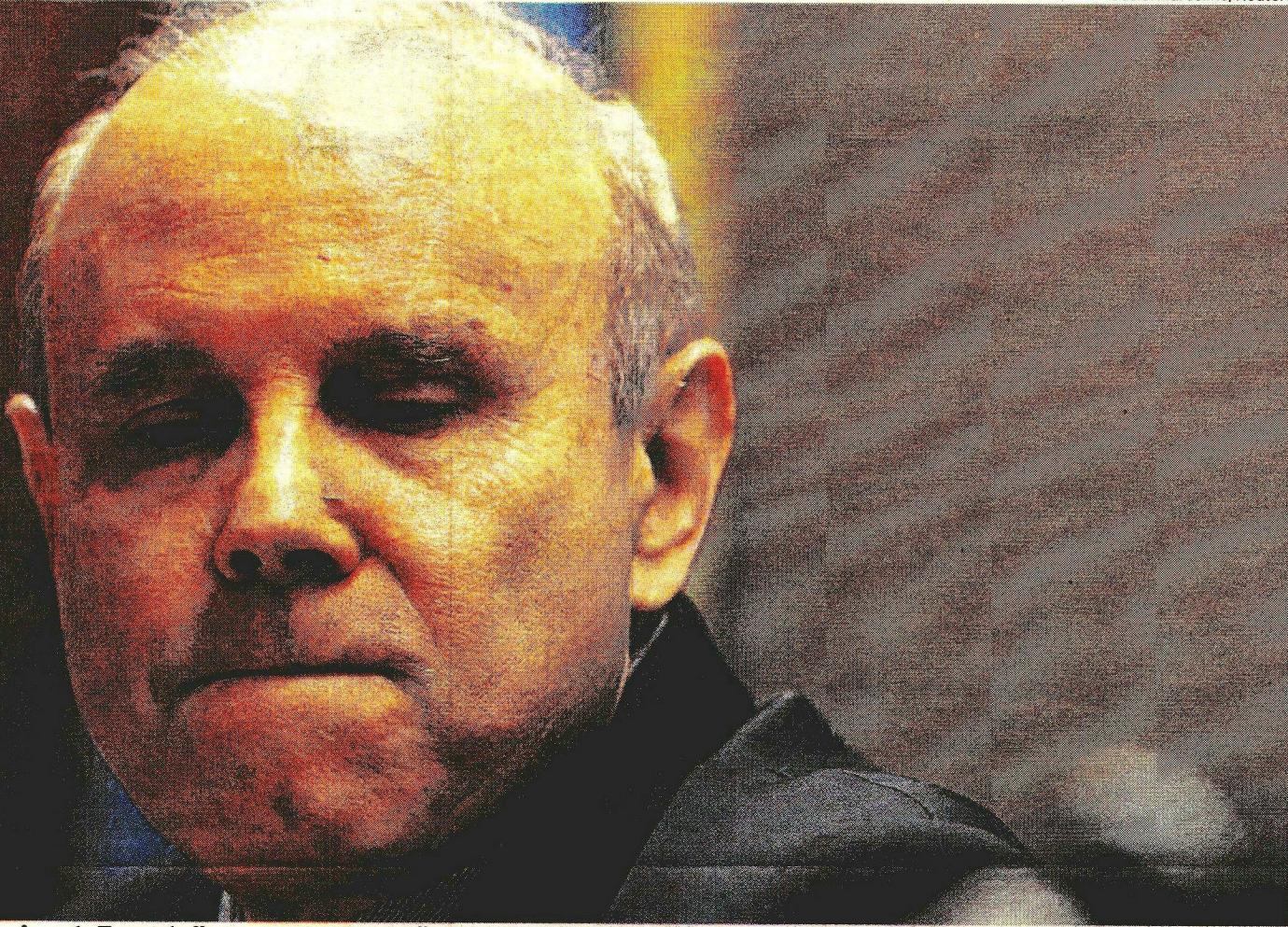


A principal tarefa do governo agora é “entregar” os compromissos anunciados, para evitar o risco de contaminação das análises feitas pela S&P



Mantega e técnicos da Fazenda ficaram com a sensação de que a equipe da Standard & Poor's não veio aberta para ouvir e ser convencida

No ‘day after’, misto de alívio e irritação

Reação dos mercados de valores e do dólar mostraram que rebaixamento do rating já estava precificado. Mas o governo não engole a rapidez do anúncio da Standard & Poor's

Sonia Filgueiras
sonia.filgueiras@brasileconomico.com.br
Brasília

Bem recebida dentro do governo, a reação do mercado no dia seguinte ao anúncio do rebaixamento de risco feito pela S&P foi entendida como um indicativo de que a redução da classificação brasileira já está “no preço” (incorporada aos juros pagos por empresas em captações externas e nos títulos brasileiros negociados lá fora). “A bolsa subiu e o dólar caiu”, era o comentário que mais se ouvia de integrantes do Executivo.

As fontes buscavam demonstrar que o dólar em queda seria um indicativo de manutenção do ingresso de recursos, e a bolsa em alta, da confiança nas empresas brasileiras. O resultado do leilão de títulos do Tesouro, com custos abaixo dos anteriores, também foi bastante citado como prova

de confiança. Além disso, trouxe certo alívio o fato de a agência ter colocado a nota brasileira, agora no nível mais baixo da categoria de investimento, em perspectiva de estabilidade. Dentro da equipe econômica, causou incômodo a rapidez com que o relatório foi fechado, aprovado e divulgado, pegando o governo de surpresa. Ficou a sensação de que a equipe da agência não veio às reuniões com o governo aberta para ouvir e ser convencida.

Também foi grande a contrariedade com o teor da análise que respondeu ao rebaixamento. A estratégia adotada para tentar minimizar o eventual impacto negativo da decisão foi rebater duramente as avaliações da agência. Em nota divulgada na segunda-feira à noite, o Ministério da Fazenda afirmou que a decisão da S&P foi “inconsistente com as condições da economia brasileira” e “contraditória

O resultado do leilão de títulos do Tesouro, com custos abaixo dos anteriores, também foi bastante citado como prova de confiança dos mercados

com a solidez e os fundamentos do Brasil”. Em discurso durante um evento ontem em Goiás, foi a vez do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, desqualificar a agência. De acordo com o site do jornal “O Globo”, Carvalho afirmou que a S&P errou na crise econômica dos Estados Unidos; que a agência não conhece o Brasil; e convocou seus analistas a viajarem pelo país antes de fazer as previsões. “Não dá para a gente se abater pela simples consideração de uma empresa que mal conhece o país e já errou tanto no mundo. No caso da crise americana, foi nítido: essa empresa não conseguiu enxergar o risco que ali sim havia para o investidor”, discursou ele durante evento em uma cidade próxima a Brasília. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, seguiu na mesma linha: disse que a agência “não conseguiu se-

quer perceber o risco da crise de 2008” e que “os números da economia brasileira são muito sólidos e muito contundentes no sentido da qualidade de vida da população: é o emprego, é o controle macroeconômico, são nossas reservas cambiais, é o investimento direto que temos tido”.

Apesar do *day after* relativamente ameno, avalia-se, dentro do governo, que a principal tarefa pela frente é “entregar” os compromissos anunciados de forma a evitar o risco de contaminação das análises feitas pela S&P e, ao mesmo tempo, manter o cenário de confiança dos agentes econômicos domésticos e internacionais — inclusive das agências Fitch e Moody's. O governo também acompanha com atenção o comportamento futuro do fluxo de capitais, em especial os investimentos de grandes fundos estrangeiros, que seguem com rigor as prescrições das agências de risco.

Como a Fitch e a Moody's vêm divulgando visões mais benignas da economia brasileira e sinalizam estabilidade em suas classificações, não se espera delas surpresas negativas — desde que o dever de casa esteja em dia. Ou seja: é preciso perseguir a meta de superávit nas contas públicas, manter a inflação sob controle e convergente em direção à meta e alcançar algum crescimento. A equipe da Fitch escalou para maio sua agenda de reuniões para reavaliação do rating soberano do país, a ser divulgado até julho. A Moody's ainda não definiu datas.

Em nota, o Ministério da Fazenda reafirmou o compromisso “com o cumprimento da meta de superávit primário de 1,9%, com a continuação da consolidação fiscal neste e nos próximos anos, com a prioridade ao investimento e com a promoção do crescimento sustentável de longo prazo”. Também por meio de nota, ontem o Banco Central afirmou que “o Brasil tem respondido e continuará respondendo de forma clássica e robusta aos desafios que se colocam”, acrescentando que a resposta “combina austeridade na condução da política macroeconômica, flexibilidade cambial e utilização dos colchões de proteção acumulados ao longo do tempo (reservas de liquidez)”. ✓